

DESPACHO

Recebemos os presentes conforme laudas que antecedem este despacho. Processo devidamente instruído com Memorando N° 132/2024 – GTI, Termo de Referência n° 036/2024 – GTI/DAF/COSAMA, Pedido de Contratação de Serviço n° 9404, propostas apresentadas por empresas atuantes no mercado e Mapa de Preços cotados.

Trata o presente processo de **Contratação de empresa especializada em serviço de monitoramento e alarme, com a locação dos equipamentos de segurança, nos termos, condições e quantitativos estabelecidos neste instrumento, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**, conforme informações e demais especificações constantes do Processo n° 01.05.043501.005935/2024-24.

Da análise dos autos verifica-se que a COSAMA tem firmado com a empresa Alarme & Cia o Contrato N° 007/2024, destinado a prestação de serviço de vigilância eletrônica para o edifício atualmente ocupado pela Companhia. No entanto, a COSAMA está em fase de mudança para um novo local, cuja área é significativamente maior, possui novas funcionalidades e apresenta demandas distintas.

A área demandante esclarece que o contrato atual, originalmente projetado para as instalações anteriores, não atende de forma satisfatória às demandas do novo endereço, evidenciando a necessidade de contratar um serviço mais abrangente e adequado as novas exigências operacionais.

Assim, torna-se indispensável realizar uma nova contratação do objeto em questão, com o objetivo de implementar um sistema mais robusto, capaz de assegurar a integridade do patrimônio e a segurança dos colaboradores.

Conforme justificado pela área demandante, o serviço em questão é essencial para garantir a segurança perimetral, o controle de acesso e a prevenção de invasões, sinistros e outros incidentes. Assim, é imprescindível preservar o ambiente e o patrimônio da Companhia, com um sistema eficaz de monitoramento e resposta imediata.

Nesse contexto, considerando que restou demonstrado nos autos que o serviço de monitoramento é de suma importância para proteção da propriedade da Companhia, sendo de extrema importância a celebração de novo contrato.

Posto isso, é sabido que a realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos de Dispensa e de Inexigibilidade, que estão previstos nos artigos 29 e 30 da Lei Federal n° 13.303/2016 e art. 123



a 125, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

Entretanto, a licitação poderá ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse específico da estatal, são enquadráveis nas previsões do art. 29 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 123 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

Nesse contexto, observado os princípios constitucionais da eficiência e o da economicidade, que buscam adequar menores custos aos meios para a realização dos fins administrativos, esta Comissão entende que pequenas contratações, com valores não vultuosos, não deverão se revestir de todas as formalidades de um procedimento licitatório, podendo a administração se valer da dispensa (pelo valor) para essas contratações/aquisições, desde que obedecidas as formalidades legais.

Nos ensinamentos do professor Diógenes Gasparini (2012, p. 581), *“tal dispensa de licitação é coerente e de todo justificável, vez que as compras de pequeno vulto são medidas simples que não se compatibilizam com procedimentos solenes, dotados de formalidades que só emperrariam a atividade da administração, sem vantagem alguma.”*.

Dessa maneira, cabe destacar que, segundo o Mapa Comparativo de Preços (64/65), a empresa A.P. Barbosa LTDA. (AJ CORPORATION LTDA) apresentou a proposta de menor valor. No entanto, não possui as certidões de habilitação mínima para a presente contratação, quais sejam Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS, o que inviabiliza sua seleção, especialmente considerando a importância da presente contratação para a segurança do patrimônio e dos colaboradores da Companhia na nova sede.

Além disso, a empresa 3D Alarmes Monitoramento e Rastreamento apresentou o mesmo preço da empresa Alarme & Cia, todavia, não apresentou o prazo de instalação do serviço, requisito essencial diante da necessidade da demanda.

Por outro lado, a proposta da empresa Alarme & Cia destaca-se por atender integralmente aos requisitos exigidos pela área técnica demandante, incluindo o compromisso de iniciar a prestação do serviço em até 5 (cinco) dias úteis. Ademais, a empresa oferece condições de pagamento mais vantajosas, com faturamento em 05/30/60 dias. Esses diferenciais tornam a proposta não apenas mais completa, mas também mais vantajosa e célere para a Companhia, garantindo agilidade e maior conveniência administrativa para contratação pretendida.

Diante disso, as diferenças entre as empresas justificam a sugestão desta Comissão de contratação da empresa **P. LOPES & CIA LTDA. (ALARME &**



CIA), inscrita no CNPJ sob o nº 03.150.874/0001-13, pelo valor global de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

Não obstante, destacamos que a referida empresa está plenamente apta a executar o serviço, conforme certidões de habilitação que ora se anexam neste processo.

Assim, observadas as formalidades legais e considerando o levantamento de preços apresentado, conclui-se que não há impedimentos legais ou administrativos para a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, fundamentada no inciso II do Art. 29 e inciso III, §3º do Art. 30, ambos da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais.

Destaca-se que o pagamento pelo serviço de instalação será realizado em parcela única, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Além disso, será pago valor mensal de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) pelo serviço de monitoramento 24 horas. Assim, o valor total para 12 (doze meses) será de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

Dito isso, em observância ao interesse da Administração com arrimo no princípio da economicidade, vantajosidade, celeridade e eficiência, essa Comissão entende que a contratação em questão poderá realizar-se por meio da empresa **P. LOPES & CIA LTDA. (ALARME & CIA)**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.150.874/0001-13, pelo valor global de **R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais)**, a qual é atuante no mercado local, apresentou a proposta de segundo menor valor e está apta a executar o serviço conforme os requisitos exigidos nos autos.

Por fim, esta Comissão sugere que em caso de nova contratação do mesmo objeto em referência, de forma a não infringir disposição legal acerca da dispensa de licitação pelo valor, deverá realizar-se por meio de procedimento licitatório comum.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2025.

PALLOMA CARDOSO DA SILVA
Membro da CPL

TAMMY TELLES LIMA DA SILVA
Presidente da CPL

